

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-02-2019.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro e Rafão Oliveira. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rafão Oliveira, Moisés Barboza, Roberto Robaina, Adeli Sell, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Cláudio Janta, Nelcir Tessaro, Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier, Moisés Barboza e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, em tempo cedido por Aldacir Oliboni, Nelcir Tessaro, Dr. Goulart, este em tempo próprio e em tempo cedido por Prof. Alex Fraga, Cassiá Carpes, este em tempo cedido por João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger e Cláudio Janta. Na ocasião, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 010/19 (Processo nº 0014/19), de autoria de Roberto Robaina. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 004, 016 e 017/18, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 263/15, 100, 334, 336, 348 e 375/17, 005, 027, 035, 039, 041, 043, 044, 046, 052, 054, 063, 064, 093, 105, 113, 115, 118, 120, 125, 127, 128, 136, 137, 140, 142, 148, 153, 160, 161, 165/18, o Projeto de Decreto Legislativo nº 004/18 e o Projeto de Resolução nº 033/18. Às dezesseis horas e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoal da galeria, pessoal da TVCâmara, boa tarde; é com muita satisfação que eu subo a esta tribuna para parabenizar o Sr. Ministro Sérgio Moro pelo seu pacote anticrime. Acima de tudo, é um governo que está valorizando a atividade policial, que, durante 20 anos, foi completamente desmantelada e desvalorizada, tendo, na pessoa do criminoso, a vítima da sociedade. Por questões humanitárias, por questões humanas, faz--se necessário endurecer as leis, valorizar a atividade policial e combater o crime duramente. É o primeiro passo no combate à impunidade. Logicamente que aqueles que, ao longo de toda a sua vida e por questões ideológicas, protegem bandidos, que sempre passaram a mão pelos atos dos traficantes, dos estupradores não devem estar contentes com o pacote do nosso ministro Sérgio Moro. Fica aqui, então, a minha saudação, a minha felicidade, porque está de acordo com tudo que eu luto, e espero que crimes como o atentado à faca a um presidente seja duramente punido, assim como o assassinato de uma vereadora, que tenham a mesma pena: regime fechado, a certeza da punição e a investigação mais moderna e mais severa em cima desses crimes. O governo dá o primeiro passo rumo à impunidade, que fomenta, obviamente, a criminalidade. Era isso. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina; todos os colegas presentes. Venho a esta tribuna, na mesma energia das palavras do Ver. Rafão, para falar sobre algo muito importante, que é a corrupção. A corrupção não é uma exclusividade dos políticos. Acompanhamos, aterrorizados, essa tragédia que assola Minas Gerais e que, inclusive, estão investigando funcionários da Vale, que foram pressionados a dar os laudos. Digo que isso também é corrupção e que também causa muitas mortes, assim como a corrupção dos políticos, pois retiram verbas da população e, lá na ponta, causam, sim, a perda de vidas. E aproveito para fazer um desafio, vereadores Cassiá e Cecchim, que eu faço anualmente, à bancada do PT. E volto aqui, neste ano, para fazer o desafio à bancada do PT: que suba aqui na tribuna e diga... Ontem nós vimos aí a condenação de mais uma década imposta ao ex-Presidente Lula da Silva, que tem, como maior algoz, o próprio Luiz Inácio, porque quem colocou o Lula lá onde está, na cadeia, foi o Luiz Inácio. Eu faço o desafio aqui, de uma maneira muito transparente, para que os companheiros do PT

subam aqui e digam o óbvio: lugar de corrupto é na cadeia e não importa de que partido seja, mesmo que seja do seu! Uma frase simples que eles podem vir aqui e dizer. Se o Lula é corrupto, está condenado – e vão ter várias outras condenações, ninguém se iluda aqui, passou a época eleitoral de fazer a proteção partidária –, suba aqui e diga: “Eu quero vê-lo preso”. Como eu subi aqui e falei de pessoas filiadas ao meu partido. Temos o Beto Richa, que quero ver preso! Vem cá, qual é o problema? Não, como é companheiro de partido, tem que cerrar o punho, levantar e dizer: “fulano, guerreiro do povo brasileiro!”. É tão fácil! Subam aqui e digam o óbvio! José Dirceu, José Genoino, Beto Richa, Eduardo Cunha... Corrupto tem que estar na cadeia, e a corrupção não é exclusividade, infelizmente, dos políticos.

E faço aqui um elogio a vários vereadores e vereadoras que estão aqui, que não são corruptos e praticam a boa política, que não têm problema e não se calam por questões eleitorais ou partidárias e sobem aqui todos os dias, botam a cara e dizem a mesma coisa, não importando a filiação partidária: corrupto é na cadeia.

Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente. Cinco minutos é pouco tempo para debater assuntos nacionais e, mais ainda, assunto internacional. Mas eu também fui provocado pela fala do Ver. Moisés Barboza – provocado no bom sentido – que estabeleceu um debate político, e é lícito que seja feito, e a Câmara é o lugar para fazer esse debate político.

Ver. Moisés Barboza, eu creio que o tema da corrupção é muito importante e eu sou daqueles que acho – o PSOL tem essa característica – que a corrupção deve ser combatida, deve ser punida e, portanto, sim, quem está envolvido com corrupção tem que ser preso – nós aceitamos essa tese. Nós fizemos, desde a fundação do PSOL, muitas lutas políticas contra a corrupção. Por exemplo, em 2007, quando Renan Calheiros era amplamente apoiado por todo o sistema político, praticamente unânime, nós defendíamos a cassação do Renan Calheiros e, inclusive, chegamos a defender a prisão do Renan Calheiros.

Nós temos muitos casos, o problema, Ver. Moisés – e aí tu referias ao caso do ex-Presidente Lula –, é que tu fazes, como líder do PSDB, um discurso como se o Lula fosse o chefe da corrupção, como se a corrupção no Brasil tivesse começado com as relações do PT com as empreiteiras e com os banqueiros, quando não é verdade! O PT se complicou no governo justamente porque o PT aceitou a lógica, e o Lula, como chefe político, aceitou a lógica, que foi essa lógica que sempre marcou a política brasileira. Essa lógica marcou a política brasileira durante o regime militar, marcou a política brasileira, depois, quando caiu o regime militar durante a nova república, e essa é a marca da política brasileira, a qual tem o peso das empreiteiras e dos banqueiros é

enorme. Quem está preso, além de dirigentes do PT? Uma rara exceção. É na margem quem está preso, além dos dirigentes do PT. Esse critério que tu usas, essa tua indignação falsa com a corrupção, que eu sinceramente acho que tu tens. Por que eu acho que é falsa? Porque tu és do PSDB. O PSDB é um partido que toda a cúpula está envolvida em esquema de corrupção. O Aécio era presidente do PSDB, e onde está o Aécio Neves? O Aécio Neves é deputado federal, não foi senador porque sabia que ia perder, e o povo de Minas Gerais, que foi enganado o tempo inteiro, deixou de ser enganado e não queria votar no Aécio. O Aécio foi o presidente do PSDB, sempre foi o grande queridinho, o grande chefe político, e segue leve, livre e solto! Então, eu poderia dar muitos exemplos do PSDB e dos seus aliados a vida inteira! O que acontece? Acontece que a justiça deve existir? Sim, mas ela não pode ser seletiva; se ela for seletiva, ela não é justiça. É isto que hoje tem no Brasil: não tem justiça! No Brasil tem luta política, e, muitas vezes, utiliza-se do tema da corrupção para fazer luta política, não para garantir, de verdade, justiça, porque se for para garantir, de verdade, justiça e um republicanismo radical e democrático; bem, então façamos um acordo e essa luta em comum. Não é o que ocorre infelizmente! Isso vale para o cenário internacional.

Vou fazer um corte enorme – por isso eu dizia que é muito pouco tempo para os temas –, vou dar um outro exemplo: discute-se muito a Venezuela. O presidente Nicolás Maduro não tem o nosso apoio. Eu não concordo com o governo e nem com o regime da Venezuela. Acho o regime da Venezuela um desastre para o povo venezuelano, um desastre! Agora, não me venham, com isso, passar a fatura, como se quem pudesse resolver a crise venezuelana fosse o Trump, um semifascista, um sujeito ligado a esquemas de todo o tipo, fora da lei, defensor da intervenção estrangeira de todo o tipo. Não dá para fazer demagogia. A comunidade internacional está preocupada com a democracia na Venezuela. Que conversa! Se o Trump vai estar preocupado com democracia na Venezuela, se o partido republicano dos EUA vai estar preocupado! Se há preocupação com ajuda humanitária, com democracia, por que não fazem intervenção e ajudam a República do Congo, onde há milhares de mulheres estupradas, onde as grandes empresas capitalistas, várias empresas capitalistas – Samsung, Bayer – sustentam as várias milícias que disputam a guerra de décadas que existe no Congo?

Então, nós somos muito claros, nós sabemos que é preciso fazer a distinção entre aqueles que realmente querem lutar por democracia, contra a corrupção e aqueles que usam o nome democracia, o nome corrupção, mas que, na verdade, querem proteger a sua classe social, proteger os interesses das grandes empresas que sustentam as suas políticas e os seus partidos. Nós, não...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Ver. Alvoní Medina, nesta primeira parte, vou tentar fazer aqui aquilo que eu acho que é um dever de todos nós, que é tratar dos temas candentes da Cidade. Nada vai me tirar de qualquer outra questão, de qualquer outro debate senão lembrar aqui do protesto que houve esta semana no Centro Histórico da Cidade, na Rua Riachuelo, esquina com a Rua Marechal Floriano. Nós temos lá a famigerada Casa Azul, um espaço que está para cair, há uma determinação de fechamento das ruas e de todo o entorno, trazendo um transtorno incomensurável, Ver. Idenir Cecchim. Quem mora na Rua Riachuelo, da Av. Borges de Medeiros para lá, onde temos as principais livrarias da Cidade, não tem como chegar se não fizer uma supervolta, deixar o carro num estacionamento ou na Praça da Matriz, para ir a uma das livrarias. E nós temos ali o Centro Histórico Cultural, livreiro da cidade de Porto Alegre, prejudicado por isso; temos outras instituições, como um grande supermercado; temos ali outras instituições variadas; temos alguns restaurantes que são muito procurados, inclusive à noite, e causa agora essa estranheza de chegar lá e estacionar o carro. Houve um protesto dos moradores e comerciantes nesta semana. Eu já disse e vou repetir: foi feito um acordo. Que acordo é esse? Quando começa a construção? Quando terá um anteparo para que esse negócio não caia na cabeça de alguém? Antes desse acordo, eu disse mais: “Use o Código Civil, art. 1.276”, que fala em arrematar essas propriedades que não pagam tributos, já que estão com uma dívida enorme de tributos. E tem uma comissão na Prefeitura, foi feita corretamente pelo Fortunati antes de sair, eu já elogiei umas três vezes aqui, vou elogiar. Tem que meter a mão nessas pessoas que maltratam a Cidade. Aqui, maltratar a Cidade é mérito! Trancam uma rua, não pagam impostos, querem que a edificação caia para construir outra coisa! Mas o que é isso? Olha na mesma rua, na Rua Riachuelo, a situação da Confeitaria Rocco: houve investimento de dinheiro público, porque foi financiamento de lei de incentivo; é certo que há um problema de litígio na sucessão, mas, da mesma forma, está em dívida, está em processo. Então, que a Prefeitura intervenha! Nós não vamos mais continuar assim!

Acabo de receber, vou estudar agora, os monumentos de Porto Alegre que estão abandonados ou que são possíveis de serem adotados. Eu quero defender o patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre. Eu quero! Nós podemos, nós devemos! Nós estamos mapeando, Hamilton, os lugares que estão abandonados, cheios de ratazanas. Por que o Centro Histórico tem tanto morcego, tanto pombo, tantas baratas, tantas ratazanas no meio do lixo? Porque o Centro Histórico está sujo, abandonado. A Casa Azul pode cair. Portanto, em nome dos moradores do Centro Histórico, dos transeuntes, daqueles que precisam passar pelas ruas Riachuelo, Marechal Floriano, Av. Jerônimo de Ornelas, aqui eu brado: Prefeito, verifique, saia do WhatsApp, saia do Facebook, saia do gabinete, veja a Cidade que o senhor está transformando num lixo! Nós vamos resistir, nós não vamos aceitar.

Nesta parte final, eu vou tratar de uma outra temática, mas eu vou dizer: não serão as provocações feitas ao meu partido, não serão as questões colocadas sobre a proposição cretina do Moro, como disse um ministro do STF, que vou falar hoje aqui. Vou fazer meus artigos, vou debater, etc. e tal, porque eu quero debater o Plano Diretor,

porque isso poderá tirar Porto Alegre do fundo do poço que está hoje e colocá-la, mais uma vez, na modernidade. Uma Cidade em que, recentemente, saiu esta semana da Comissão de Constituição e Justiça a redação final do mobiliário urbano. Agora sim Porto Alegre já pode se modernizar no tema mobiliário urbano, como poderá se modernizar em outras questões. Se nós não tivermos um Plano Diretor, se os gestores municipais não assumirem que um Plano Diretor é um instrumento inicialmente, fundamentalmente, apropriadamente técnico-urbanístico –, que se desidratem um pouco de questões ideológicas, político-partidárias, econômicas interesseiras –, nós vamos para o fundo do poço. Eu digo e repito: não tenho autorização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não tenho autorização da escola de arquitetura e urbanismo, mas digo que uma das principais escolas de urbanismo do Rio Grande do Sul está em Porto Alegre, é a da UFRGS. Temos a Ritter, que tem um curso nesta área; temos o IPA, a Unisinos, a PUC, a Fadergs, entre outras, é ali que estão a consciência crítica, os estudos sobre a cidade de Porto Alegre. Estão nas bibliotecas. Eu cobrei aqui, e nenhum membro do governo veio aqui fazer provocação, mas não me respondem: onde está a biblioteca da SPM?! Estou procurando, Ver. Janta! É uma das melhores do Brasil, onde estão todas as questões urbanísticas de Porto Alegre. Verifiquem o que foi a importância do Plano de Melhoramentos de 1914, do João Moreira Maciel, que estava atualizada até a década de 1970, porque coisas foram construídas a partir do Plano de Melhoramentos – o que nos foi apresentado em 1959 e o primeiro Plano Diretor de 1979, o de 1999, e a revisão de 2010. Esses documentos estão na Prefeitura, aí o prefeito vai lá e diz que não tem ninguém que pudesse assumir, que tem que contratar uma consultoria externa! Desculpe-me, gente, nós temos massa crítica aqui, vamos nos dar as mãos. Não quero brigar sobre esse tema, eu só quero alertar, eu queria estar junto. Quero falar com o pessoal do PDT, que tem alguns arquitetos que eu conheço; o MDB tem outros que eu também conheço. Eu posso dizer que nós temos grandes personalidades urbanistas aqui na cidade de Porto Alegre que podem e devem ser chamados a debater o Plano Diretor. Por isso eu digo: vamos unir as forças; vamos unir as bancadas; vamos conversar com a Mesa Diretora e imediatamente instalar uma Comissão Especial do Plano Diretor; vamos arregaçar as mangas; vamos ouvir as pessoas; vamos fazer reuniões nas oito regiões de planejamento; vamos reunir com a academia, com as pessoas que circulam, com os motoristas de ônibus, com os taxistas – aí nós saberemos de que Porto Alegre nós precisamos.

O urbanismo tem que fechar a economia e não a economia fechar o urbanismo. Isso é virar a mesa de ponta à cabeça, é colocar os interesses da construção civil no pico da pirâmide, quando ela deve estar lá no lugar em que ela deve estar. Por isso eu digo que, unidos, os 36 vereadores, pensando em Porto Alegre todo este ano, no ano que vem, aprovaremos o melhor Plano Diretor que esta Cidade poderá ter. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho importante que eu lembre aqui, neste momento em que o Adeli reclama dos prédios velhos da Cidade, que isso é fruto desse pessoal do Epahc. Eu não canso de repetir aqui que esse pessoal do Epahc confunde coisa velha com coisa histórica. Quando cair algum prédio na cabeça de alguém, tem que responsabilizar pessoalmente esse pessoal. Eu vou começar a dar o nome de alguns que estão lá, porque ideologicamente trancam a Cidade. Mas por falar em trancar a Cidade, eu quero falar de um destrancamento que houve na Cidade há dez anos, quando se construiu o camelódromo no Centro. Nesta semana, estamos fazendo dez anos que se fez uma verdadeira reorganização do Centro. O camelódromo tirou as pessoas que estavam no sol, na chuva, no vento, às vezes correndo da fiscalização, outras vezes vendendo produtos irregulares e ilegais. E, sob a liderança do ex-prefeito Fogaça, construímos o camelódromo, que está lá muito bem. Houve algumas resistências ideológicas, inclusive inadimplência ideológica, não pagavam porque não queriam, queriam fazer o enfrentamento, mas foram tiradas essas laranjas que não estavam de acordo com o cesto. E o Centro passou a ser transitável.

Na Praça XV, ao redor do Chalé, eram em torno de 800 ambulantes; também ficavam nas ruas José Montauray, Marechal Floriano Peixoto, Doutor Flores e Av. Alberto Bins – em todo o Centro de Porto Alegre. Retiramos todos os ambulantes da rua e os colocamos – com o direito de ter uma loja – no Centro Popular de Compras, e até hoje estão lá. Aqueles que eram realmente comerciantes e que queriam progredir na vida estão lá até hoje. Uns não se acostumam com isso, porque queriam viver junto com a irregularidade e a ilegalidade. E muita coisa ruim acontecia em muitas dessas bancas. Muita coisa ruim, muito caso de polícia. E se reorganizou tudo isso.

Eu tive a ajuda importante de algumas pessoas. Quero fazer uma homenagem, aqui, ao Coronel Léo Bulling, que foi o chefe da fiscalização e o meu secretário adjunto; foi importante um brigadiano-bombeiro – na época os bombeiros e Brigada eram uma instituição só. Queria fazer uma homenagem também ao Ocimar Pereira, ao Valter Souza, ao Rogério Stockey e a todos os fiscais que ajudaram nessa operação. E não foi uma operação truculenta; foi uma operação com a ajuda da Brigada Militar. Cito apenas dois coronéis importantes, o Cel. Mendes, que era o Comandante-Geral, e o Cel. Bondan, que era o Comandante do 9º Batalhão. Conseguimos fazer com que muitas lojas – que há alguns anos não tinham suas fachadas visíveis porque estavam trancadas pelos ambulantes instalados na frente – voltassem a ter o direito de ter o nome da loja na sua fachada e serem percebidos pelos transeuntes, pela população. Eu espero, sinceramente, e quero colaborar, se for preciso, com o prefeito, com a Prefeitura, para que esse Centro volte a ser transitável. Em nome de uma coisa que é boa, que é a solidariedade com os povos que trouxe gente que nada mais...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): ...são do que parte de uma organização, não esses que estão ali na rua, eles fazem parte inocentemente. Mas não é possível deixar como está o Centro de Porto Alegre hoje, depois de 10 anos de organização, voltar a ser o que era antes. E vejo ali o meu querido Ver. Janta, que foi importante, também, junto com a Força Sindical e com o Sindicato dos Comerciantes, que foram parceiros importantes, porque entenderam que o comércio irregular na rua prejudicava não só os comerciantes, mas também os funcionários do comércio. Então, queria fazer esse registro para deixar bem claro que, nesses dez anos, aqueles que foram para o camelódromo estão muito bem, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, antes de tratar um assunto muito importante e que interessa a todo nós, obviamente, que é a cultura popular, eu quero – gosto de fazer publicamente, porque eu falo nas rodinhas, e as coisas boas nunca são divulgadas – parabenizar o Ver. Cecchim, porque foi ele quem resolveu, junto com o Fogaça, essa questão dos camelôs, fazendo o camelódromo. Mas as pessoas não reconhecem isso, vereador. É difícil, mas aproveitando a sua fala, quero reforçar isso aí que eu falo sempre.

Meus amigos, vereadores e vereadoras, eu sempre digo aqui que o gestor nunca sabe tudo. Aí pega o prefeito de Porto Alegre, que também não pode saber tudo e não sabe tudo. Aí uma procuradora do Município, sem falar com o prefeito, sem falar com o vice-prefeito, sem falar com a Secretaria de Cultura, vejam só, mandou a SMAMS notificar para tirar a escola de samba Praiana de onde está há 50 anos. Está lá há 50 anos! Uma escola de samba que é a nossa cultura popular. E o mais inacreditável, porque falei com o secretário da SMAMS agora, que a alegação dessa procuradora – que nem a SMAMS sabia o nome, estavam procurando o nome lá –, para pedir a quadra de volta, é de que lá vai ser feito o centro de convenções. Mas alguém tem que explicar para ela que o centro de convenções é ao lado do Beira-Rio, que o centro de convenções não tem dinheiro, que foi recém ontem que o prefeito foi a Brasília para ver se consegue o dinheiro para o centro de convenções. Ora, a procuradora quer arrumar uma briga com os carnavalescos às vésperas do carnaval. Eu estou aqui dizendo isso, porque, quando eu fui secretário – como o Cecchim foi secretário, o Carús foi secretário, o Tessaro foi secretário, e outros aqui –, nós tínhamos a liberdade de fazer, mas a gente nunca fazia sem comunicar ao prefeito, consultar o prefeito. Agora, uma procuradora chega lá e manda notificar que tem que sair. Mas como tem que sair? E o pior, o centro de convenções não vai chegar até lá – é ou não é, Moisés? É ao lado do Beira-Rio, não vai

atingir a escola de samba. Mas o que leva a isso, o que leva esse pessoal que fica numa sala com ar-condicionado e não consegue conhecer a realidade da Cidade; que não respeita hierarquia? Vai falar com o prefeito, vai falar com o vice-prefeito, vai falar com o secretário de cultura, chama os dirigentes da Praiana! Não! Eles mandam notificar. E são aquelas coisas que eu falo aqui: os gestores, que têm a responsabilidade, acabam respondendo por coisas que não fizeram, que não mandaram fazer e que não sabem que estão sendo feitas. Isso é um absurdo! É um absurdo o que está acontecendo, já relatei ao Ver. Moisés, ele concorda com tudo isso; já falei com a SMAMS, ela concorda com tudo isso. Como uma procuradora manda mais do que o prefeito, em Porto Alegre? Como uma procuradora manda mais do que o vice-prefeito? Quem mandou tirar de lá?

Eu precisava fazer esse registro aqui, Ver. Moisés, porque isso vai acabar se espalhando para as outras escolas. Eu quero dar uma informação aqui: faz 15 dias que o prefeito Marchezan recebeu, no gabinete, os jornalistas Cláudio Brito, Fernando Vieira e André Machado. Nessa reunião, o prefeito disse: “Eu não tenho dinheiro para dar para o carnaval, mas nenhuma das escolas de samba deixará a sua quadra, todas ficarão onde estão!” – dito pelo Sr. Prefeito. Aí o prefeito é traído por um procurador. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, público que nos assiste, quero pegar aqui cinco exemplos sobre um tema que o Brasil inteiro está falando, está debatendo, que mexe na vida das pessoas, que mexe na vida de todos os trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, que mexe na vida de todas as pessoas que esperam um dia se aposentar, que é a reforma da Previdência. Os trabalhadores que serão mais afetados por essa reforma da Previdência – e têm sido afetados por tudo neste País – são os trabalhadores do setor privado, são os trabalhadores que trabalham no comércio, na indústria, no transporte, na segurança, em todas as áreas do setor privado. Esses trabalhadores ganham de R\$ 1,9 mil a R\$ 5,839 mil; e esta será a aposentadoria máxima dessas pessoas: R\$ 5,839 mil. No setor Judiciário, a média da aposentadoria fica em R\$ 26 mil. Para o servidor do Legislativo, a média da aposentadoria – inclui servidor do Congresso Nacional e do Senado – fica em R\$ 28,5 mil. Os militares têm uma média de aposentadoria de R\$ 13,7 mil. Os deputados têm uma média de aposentadoria que vai de R\$ 14 mil a R\$ 34 mil, respeitando o teto do STF. Os senadores têm uma média de aposentadoria de R\$ 16,7 mil a R\$ 39 mil – deputados federais e senadores. Além disso, agora, os ministros do Supremo Tribunal Federal tiveram um aumento nos seus vencimentos para R\$ 39 mil. Isso quer dizer que dinheiro tem. Permitir que isso ocorra no Brasil, além dos penduricalhos, que são muitos – inclusive o auxílio-moradia, mesmo que a pessoa tenha residência –, é muito, muito, muito... Aí, nós temos o pior: uma dívida de empresas

privadas e públicas que chega a R\$ 450 bilhões. Empresas privadas e públicas devem para a Previdência R\$ 450 bilhões! Eu vou dar exemplo de uma empresa aqui que deve R\$ 2,3 bilhões, somente ela: a JBS, que financia e doa dinheiro para as campanhas políticas. Esses políticos que têm aposentadoria diferenciada, esses políticos que querem fazer a reforma da Previdência, esses políticos que dizem que a reforma da Previdência vai salvar o Brasil não cobram a JBS, que ajuda nas suas campanhas, que deve R\$ 2,3 bilhões para a Previdência. Sem falar no caso das pensões vitalícias. As pessoas mantêm uma união estável, as pessoas têm filhos, mas não casam no papel, não casam no civil para não perder as pensões vitalícias, que são mais de R\$ 5 bilhões, de pensão vitalícia. Aí eles querem que a gente aceite essa reforma da Previdência.

O que o Brasil precisa fazer – e é urgente – é combater os privilégios – isso nós temos que fazer. Sobram bastante para alguns; agora os direitos das pessoas cada vez estão ficando mais escassos. O que tem que fazer é enfrentar os juros. Até eu subir aqui nesta tribuna, nós já pagamos, de 1º de janeiro até a hora que eu subi aqui, R\$ 301,597 bilhões de juros, ou melhor, de impostos. Isso é um absurdo! Uma vergonha! E aí querem mexer na Previdência dos trabalhadores que ganham, no máximo, R\$ 5,839 mil. Esse juro aplicado na poupança, no mês, ia render R\$ 1,573 bilhão. Esse juro aplicado na poupança, por dia, ia render R\$ 58,405 milhões; por hora, ia render R\$ 2,433 milhões; por minuto, R\$ 40,555 mil. Poderia comprar 693,343 milhões de cestas básicas; por dez salários mínimos, por mês, a pessoa iria por 2,682 milhões de anos; a pessoa poderia receber 50 salários mínimos por mês, por 536,5 mil anos. Em notas de R\$ 100,00 esse dinheiro preencheria 99 contêineres...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Ver. Alvon Medina, é uma alegria estar aqui falando com V. Exa. como Presidente desta sessão, meu grande amigo há 30 anos – isso é uma alegria para mim. Colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, venho a esta tribuna para fazer uma manifestação de dois temas muito importantes para a Cidade. Nós passamos todos os dias pela Av. Ipiranga, não só na Av. Ipiranga, temos outras ruas da Cidade que estão sendo tomadas pelos nossos moradores de rua. Não porque eles querem estar ali, é porque não têm onde morar, muitos deles foram retirados da Av. Borges de Medeiros. A Prefeitura tem um excelente programa que é o Aluguel Solidário, também existe, no DEMHAB, na mesma conexão, ou talvez esse programa seja em substituição ao outro, que é o Aluguel Social. Nós temos para votar aqui, nesta Câmara, o solo criado que vai destinar, isso é muito importante, nos terrenos, nos imóveis públicos de até 300 metros, que o fruto do solo, os índices sejam aplicados em habitação social. Nós, quando passamos pelo

DEMHAB, deixamos, na época, um projeto excelente que seria o projeto de se fazer, Cecchim, uns albergues. Lembro que discutimos muitas vezes, naquela época, no governo Fogaça, que precisávamos construir albergues. Tínhamos um terreno na Perimetral para isso, mas foi cedido para outras finalidades. Volto a insistir porque sei que o Minha Casa, Minha Vida não destina. Deveria destinar, como lá tem 10% obrigatório para segurança, para funcionários da segurança, não são aplicados, tem 10% destinado a servidores do Município que tenham renda inferior a três salários mínimos, mas não é destinado. Que sabe agora fazer com que nesse projeto do solo criado, esses valores que vão ficar nesse fundo municipal de habitação, esse fundo que foi criado há tanto anos, mas hoje não tem recurso nele, mas que esse recurso também seja destinado parte para projetos de construção de habitação, ou abrigos, ou albergues para moradores de rua. Que seja feito um cadastro daqueles que querem sair da rua, porque não são todos que querem sair da rua. Nós sabemos da dificuldade: tem pessoas que saem hoje, vão para uma moradia e, no dia seguinte, já estão na rua. Eu acho que tem que se fazer um trabalho psicológico com essas pessoas, justamente para reincluí-las na sociedade.

Eu estava vendo uma matéria muito importante sobre o que o Sine de Porto Alegre está fazendo. Para as pessoas que vão lá levar os seus currículos, eles estão fazendo doações de ternos, gravatas, paletós, vestuário, para que eles tenham uma boa apresentação para o emprego. Para essas pessoas que nós vamos retirar da rua e colocar numa residência, para que elas possam ter o seu canto, por que não programar para que tenham qualificação profissional para exercer um trabalho justo, um trabalho digno, para que possam sustentar suas famílias? Tem que ter oportunidade; sem oportunidade, as pessoas não vão sair do submundo, não vão sair dessas moradias onde não existe ninguém para fiscalizar. Essas pessoas também precisam ter condições de vida, nós estamos colocando vidas fora. Eu acho que está na hora de as secretarias de direitos humanos, habitação, governança, todos se unirem para que possamos fazer com que essas pessoas tenham uma moradia digna com suas famílias. Tem muitas crianças que estão ali que não sabem ler e escrever, estão abandonadas. É isso o que nós queremos fazer.

Eu vou dar uma simples pincelada numa matéria que eu vi hoje. Na semana passada, nós tivemos uma reunião na sexta-feira. Na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, nós vamos discutir este tema que é muito importante: o Telessaúde. O Telessaúde, que vem como uma revolução para Porto Alegre, já se falou sobre ele há muito tempo. Mas, Ver. Cassiá, o Telessaúde não serve para todos. Como nós vamos fazer uma consulta no Centro da Cidade com a pessoa lá na Restinga? Tem certos problemas que não existe como tu, a distância, resolver. Tem muitas pessoas que, com a presença do médico, já se curam. Imaginem, ela está lá, está sendo feito um exame, há um enfermeiro, não existe... O médico, muitas vezes, pelo toque, já identifica qual o problema de saúde da pessoa, só que pelo Telessaúde não há o toque, o médico não tem como identificar o que o paciente necessita naquele momento. Claro que para alguns tipos de exame o Telessaúde serve, como uma ecografia, que pode ser analisada à distância. Agora, outras doenças, que necessitam de um atendimento detalhado, o Telessaúde não vai resolver. É um bom programa, mas não vai resolver.

Quero me unir a quem levantou a questão dos imóveis abandonados em Porto Alegre. Venho batendo nessa tecla há muito tempo, e em 2010 fiz um projeto habitacional, em que a Caixa Econômica Federal faria o ressarcimento integral à Prefeitura para desapropriar o Esqueleto, o cartão postal de Porto Alegre! Mas o esqueleto é um imóvel de mais de 50 anos e que se não tiver a sua situação resolvida vai, sim... Ele não vai ficar tombado como patrimônio histórico, mas ele vai tombar mesmo, vai cair. Por ser de interesse público, a Prefeitura pode se utilizar do recurso jurídico, o art. 1276, do Código Civil, para não deixar aquele imóvel cair. Existem em Porto Alegre grupos de empresários, juntamente com a Caixa Econômica Federal, que querem investir. O governo tem que desapropriar – só o governo pode desapropriar; terceiros não podem desapropriar –, porque lá há diversos moradores; o terceiro andar daquele prédio é um enorme aglomerado de pessoas, locado por um cidadão de Viamão; e dos andares acima nem podemos falar! Mas a Prefeitura pode, sim, fazer a desapropriação por interesse público, conforme art. 1276, do Código Civil, e fazer com que todo gasto que venha a ter seja pago por uma licitação pública, colocando ali o valor que a Prefeitura gastou para desapropriar. Já que as pessoas que se dizem donos não podem vender, porque não têm título, e aqueles que lá estão ocupando não querem sair, porque não pagam aluguel para ninguém, fica fácil. Então, temos que fazer essa desapropriação por interesse público e depositar o dinheiro, meu líder Ver. Pujol, o produto da desapropriação em uma conta judicial, e todos os ditos proprietários que tenham interesse sobre o imóvel vão lá, habilitem-se, apresentem-se e recebam proporcionalmente ao quinhão que eles têm direito. Essa é a maneira de resolver sobre um prédio que se diz com tantos donos, mas que não aparecem legalmente nos documentos. Então eu pediria encarecidamente... Eu não vou mais falar na Casa Azul – poderia ser a casa vermelha –, que é um problema sério para aqueles comerciantes. Os comerciantes da Livraria do Advogado, todos eles estão praticamente impedidos de comercializar, porque não tem mais o trânsito naquele local. Então as pessoas ficam com dificuldade, Ver. Pujol! Nós estamos escolhendo pessoas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): ...Aquele grupo de comerciantes da Riachuelo, da Marechal Floriano, até a Praça da Matriz, esses comerciantes vão ter que reduzir seu comércio. Alguém reduz o imposto deles? Não, ninguém reduz! Eu defenderia, então, já que não se tem solução para aquela Casa Azul lá, que hoje é tombada – ela poderá ser tombada porque vai cair –, que deem uma solução urgente para aquela situação ou reduzam seus impostos.

Apenas uma pincelada: vamos rever o assunto das listagens do Epahc dos prédios, das residências do bairro Petrópolis e outros bairros, que estão todos listados para serem tombados; enquanto estiverem listados, os proprietários não podem usufruir e fazer benfeitorias nesses imóveis. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu quero saudar o Ver. Medina, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Eu quero interagir com o Ver. Cláudio Janta – temos pouca divergência, estamos na mesma linha –, dizendo que a Previdência é fundamental.

Estou aqui com o orçamento federal executado: foi pago R\$ 2,621 trilhões, mas o previsto para 2018 havia sido de R\$ 3,527 trilhões, portanto diferença a ser investigada. Mas o mais importante aqui é a amortização de juros, Ver. Cláudio Janta, que é por isso que o País não sai do lugar, se não fizer as reformas, Ver. André Carús. Juros amortizados da dívida: 40,66%, ou seja, R\$ 1,065 trilhão; em segundo lugar, vem a Previdência com R\$ 24,048 trilhões.

Não sou aposentado como vereador, não sou aposentado como deputado, portanto não tenho aposentadoria particular. Tenho aposentadoria pelo sistema da Previdência depois de contribuir mais de 40 anos proporcional ao tempo que contribuí e à minha idade, é um paralelo de confronto.

Algumas coisas têm que mudar, o Ver. Cláudio Janta tem razão, nós temos que mexer. Se tivesse aposentadoria pela Câmara, teria que mexer; na Assembleia tem um sistema, mas é um sistema diferenciado que dificilmente alguém vai se aposentar cumprindo 35 anos de serviço, seriam poucos, casos raríssimos. Mas lá no Congresso, como disse o Ver. Cláudio Janta, aí sim; Câmara Federal e Senado têm que fazer uma revisão, e a Justiça tem que fazer uma revisão. Todos devem participar desse bolo. É muito difícil fazer uma idade equivalente certa, neste País, Ver. Cláudio Janta, porque cada caso é um caso. Por exemplo, no Nordeste, uma pessoa com 50 anos às vezes está acabada. Cada profissão tem a sua atividade. Eu fui secretário de Obras, como muitos aqui foram, aquele funcionário que ganhava pouco e que trabalhava na rua no horário das 14h ou 15h, pegando aquele sol danado, ele envelheceu rápido...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): ...pegando aquele sol danado, envelheceu rápido - pessoas que ganhavam pouco. Então é um país heterogêneo! E tem que serem analisados esses aspectos. Outros têm privilégios, se aposentam aos 40, 50 anos; aí tem que rever, sem dúvida. O próprio Exército já está chegando à conclusão de que tem que fazer algumas revisões. Mas vou continuar meu raciocínio aqui para mostrar para vocês, enquanto se paga R\$ 1,065 trilhão de juros amortizados, a segurança pública tem 0,34% do orçamento; assistência social, 3,26%; saúde, gente, 4,09% – saúde, um dos gargalos dos governos; trabalho, 2,68%, Janta, como é que vai gerar emprego com esse índice; educação, Robaina, 3,62% - não dá; transferências para estados e municípios, por isso que andam com os pires nas mãos, toda hora, lá, os prefeitos, vereadores, deputados, para devolver, vai 100%, volta 9,82%. Aí não dá, não tem jeito! É importante salientar - estou pedindo aqui ao vice-líder do governo, já foi líder com muita isenção - que nos traga, mais ou menos, para termos uma noção na Câmara, acho que isso nos facilitaria, o que foi executado do governo municipal no ano

passado. E a nossa comissão pertinente a este aspecto, que passe, independente dos vereadores que pertencem à comissão, a todos nós, o que foi executado em 2018. Isso é importantíssimo para nós e para a Cidade. Aqui, por exemplo: habitação no governo federal no ano passado, 0%; desporto e lazer, 0,1% - João Bosco, uma vergonha; saneamento básico, 0,02%. E por aí vai. Já disse os principais, aqueles que afetam o cidadão no dia a dia. Então, concluo dizendo que esse não é um País sério...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Apregoo o PLL nº 010/19, de autoria do Ver. Roberto Robaina.

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Quero cumprimentar a Mesa, os vereadores e aqueles que nos assistem. Eu venho aqui para falar de uma notícia boa. Hoje eu estive no Sine observando o trabalho que lá está sendo realizado. Muitos não conhecem, talvez, as atividades que são desenvolvidas no Sine. E hoje foi citado, inclusive, pelo Ver. Tessaro, sobre o Dia D, no caso especificamente, hoje, em que lá estavam 14 empresas para atender os deficientes que foram até lá e que não têm condições inclusive, de se deslocar. Eu vi lá, por exemplo, deficientes visuais que puderam ser atendidos e entrevistados pelas empresas que lá estavam. E inclusive eu visitei a sala do trabalhador, da escola do trabalhador naquele local. E nessa escola do trabalhador eu vi pessoas idosas, inclusive, fazendo curso de computação, aprendendo como se liga um computador, coisas básicas - um trabalho muito bonito. Chamou-me a atenção esse trabalho brilhante, realizado pelo Sine de Porto Alegre, em três frentes: carteira de trabalho, seguro-desemprego e a Intermediação de Mão de Obra - IMO, com relação às empresas. É um trabalho bonito que ali está sendo realizado. E foi citado um trabalho social que o Sine está desenvolvendo: doação de roupas às pessoas que chegam ali com fome, muitos, inclusive, quase desmaiando de fome. E o trabalho que, muitas vezes, os próprios funcionários do Sine, que trabalham até como psicólogos no atendimento daquelas pessoas que vão ali, desesperadas, procurar por emprego, como nós tivemos a oportunidade de constatar hoje: pai desempregado, filho desempregado, a família toda desempregada já há um bom tempo, não tendo o que comer em casa, não tendo recursos nem para pagar o seu aluguel. Eu quero aqui no Dia "D", da ação promovida pelo Sine, fazer esse destaque bonito. Também, como eu falava com o Ver. Moisés, muito se fala sobre coisas ruins, negativas, então quero destacar algo que não é passado, muitas vezes, à população: o Governo Federal teria que repassar um valor ao Sine e não repassou, mas o governo Marchezan bancou os R\$ 200 mil que eram necessários para suprir as necessidades do Sine, da própria Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Então, quero deixar esse registro e esse destaque muito importante pelo

belíssimo trabalho que o Sine desenvolve, bem como o dos funcionários que lá trabalham, não só no atendimento, mas também quase que como psicólogos atendendo as pessoas e a multidão que passa lá, que é surpreendente: no ano passado, por exemplo, o Sine de Porto Alegre atendeu mais de 100 mil pessoas nesse belíssimo trabalho desenvolvido. Muito obrigado, Sr. Presidente, quero deixar aqui esse registro.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, novamente, aos colegas, ao Presidente Alvoni Medina. Bom, eu subi à tribuna para fazer alguns esclarecimentos. Eu fiz um desafio aqui no início da tarde de hoje e ouvi todos os meus colegas atentamente, mas tenho que fazer aqui algumas considerações. Primeiro, gostaria de registrar a todos os vereadores que hoje temos um colega, dos mais antigos da Casa, de aniversário, se não me engano. O Ver. Nedel está de aniversário hoje, então, eu queria saudar a vida de dedicação do Ver. João Carlos Nedel nesta Casa, que completa mais um ano. E também parabenizar, porque acho que, dois ou três dias atrás, o Ver. Idenir Cecchim também estava aniversariando, mas não tínhamos sessão na Casa no dia do seu aniversário, então queria saudar esses dois vereadores.

O Ver. Idenir Cecchim subiu à tribuna para falar da Casa Azul. Eu quero fazer um apelo ao Judiciário, porque a Prefeitura tem feito tudo, bem como vários vereadores têm também feito o que pode e o que não se pode ser feito, tentando resolver o problema do Centro Histórico de Porto Alegre. Todos sabem aqui, a poucos metros dali, ao lado do Edifício Marieta, na Rua Marechal Floriano Peixoto, que infelizmente com o tempo e com a epidemia do *crack* se transformou até numa espécie de cracolândia, eu tenho a residência da minha mãe, sei bem como o comércio está sendo impactado com aumento de lixo. Peço ao Judiciário que nos ajude a resolver o problema, porque os herdeiros daquele imóvel também têm outro imóvel, que é um hotel, nas mesmas condições, na Rua Voluntários da Pátria, inclusive gerando problemas semelhantes. Então, eu gostaria de fazer esse apelo aqui.

Agora, não posso deixar de rebater algumas coisas que foram ditas aqui, aproveitando que o Ver. Robaina ainda está aqui no plenário. O vereador citou, como presidente do PSDB o Aécio Neves; aqui nesta tribuna já deixei claro, quando começaram as investigações, que ele deveria ser inclusive afastado da legenda do seu partido, mas, Robaina, o Aécio Neves não é o atual presidente do PSDB, como senhor afirmou aqui, apenas para esclarecer. Gostei muito o Ver. Robaina, que é do PSOL, dizer que não concorda com o regime da Venezuela. E quero, concordando com essa atitude, solicitar que ele fale com o pessoal do PSOL nacional, que ainda mantém no *site* do PSOL o apoio ao regime da Venezuela. Gostaria de saudar que ele não concorda, mas, já que ele gosta de atrelar todo mundo às suas siglas, que ele faça esse pedido, porque o PSOL nacional fez uma carta de apoio ao regime da Venezuela.

Também quero dizer ao Ver. Adeli, que subiu aqui e não aceitou o desafio pelo terceiro ano consecutivo, de dizer, do ex-Presidente Lula, que lugar de corrupto é na cadeia e que ele concorda com isso. Ele disse que não ia entrar no debate, e aí eu lembro da Escolinha do Professor Raimundo, Ver. Cassiá, aí me lembro do Rolando Lero: “Ah, porque eu vou falar da Casa Azul...”, e não aceitou o desafio, não falou do que eu pedi para falar, de uma maneira transparente. Seguindo na Escolinha do Professor Raimundo, eu lembro também do Pedro Pedreira que dizia: “Não me venha com chorumelas.” Vereador, o senhor subiu aqui com o emblema do PT e não aceitou o desafio pelo terceiro ano. Então, era o que eu tinha para a tarde de hoje; continua o desafio para os colegas do PT dizerem que lugar de corrupto é na cadeia. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações, e depois prossegue, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente, professor Medina, um homem preocupado com a saúde do idoso, nós não somos idosos ainda, não é? Quando a gente chegar lá nós vamos precisar da sua ajuda. Queria cumprimentar as nossas queridas vereadoras e os vereadores, e dizer da minha satisfação de estar aqui novamente para a gente poder conversar sobre as coisas da cidade de Porto Alegre, do Brasil e sobre alguns pensamentos do mundo atual. Eu estava escutando o Ver. Cassiá falar e estava preocupadíssimo. Bom, uma preocupação que vai fazer com que a gente venha falar bastante aqui durante este ano vai ser, por acaso, se tentarem tirar a Praiana de lá, João Bosco Vaz. Como é que vão tirar a Praiana do lugar onde ela está há 50 anos? Como vão tirar? Isso não existe. Isso é impensável. Como é que nós vamos atacar de morte a cultura popular, mais do que ela já está atacada? Porque, pasmem, senhores, não existe carnaval em Porto Alegre por dois anos, porque não teve o ano passado e este ano parece que não vai ter de novo. Agora, vão mexer na Praiana, aquela que inovou com luxo, contratando o Cattani, o grande costureiro, para desfilar em luxo nos anos 50 em Porto Alegre! É um poço de cultura, é uma superação, disputando diretamente a beleza, o ritmo, o som, a pesquisa é com as escolas do Rio de Janeiro - Praiana. Eu fiquei feliz nos anos 1990 por ter feito um samba de enredo para a Praiana chamado “É meia-noite, tem coruja dourada no telhado”, que falava sobre saci-pererê, falava sobre patuá e sobre um monte de coisas. Tive a satisfação, junto com o Jorge Carioca, meu querido parceiro, falecido há alguns anos, de fazer isso. Então, vou estar junto contigo, João Bosco; vou estar envolvido nessa luta pela Praiana, porque começa com a Praiana e depois vai Imperadores, depois vai Saldanha, vai outra, e ou outra. Como é isso? Temos que ser a resistência, João Bosco Vaz, nós, que estamos muito envolvidos, junto com o Pujol, no carnaval de Porto Alegre.

Outro assunto que eu vou voltar a falar com vocês vai ser sobre Proadi-SUS. Vocês não imaginam que o Brasil está colocando R\$ 4 bilhões em cinco hospitais de ponta do Brasil, bons, maravilhosos, em detrimento de colocar essa verba para o atendimento das pessoas que precisam se operar, fazer exames, tirar dor, ser atendidas. São dados R\$ 4 bilhões dos cofres da União para o sistema Proadi, que dá o dinheiro para o Hospital Moinhos de Vento - que não precisa -, dá para o Hospital Sírio-Libanês - que precisa menos -, dá para o Hospital Albert Einstein, dá para o Hospital Alemão Oswaldo Cruz e dá para o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo HC-USP - onde fizeram o primeiro transplante cardíaco no Brasil. Esses hospitais que ganham bastante, que são hospitais trilhádários, arquimilionários, recebem mais R\$ 4 bilhões. Aí tu dizes assim: “Bah, que maravilha, o SUS vai ser atendido numa partezinha pelo Moinhos de Vento, numa partezinha pelo Sírio-Libanês, por outro...” Que nada! É para ensinar a atender. Bom, eu fiz minha formação no SUS, não precisaria, neste momento, de dinheiro para me reeducar em ginecologia, obstetrícia, mastologia e esterilidade conjugal, que é o que eu mais estudei nos meus 71 anos. Eu precisaria que eles desse dinheiro para eu poder atender bem as minhas pacientes no SUS. E quando eu preciso de um exame, fico desesperado, pedindo para o meu diretor do Fêmima me conseguir um hospital, outro lugar, o Conceição ou outro, para fazer o exame. Quando eu preciso fazer uma cirurgia de uma paciente que aparece no ambulatório do Hospital Fêmima, eu não posso indicar, porque ela tem que voltar para o postinho; pasmem, a paciente, Medina, tem que voltar ao postinho! Eu espero que o PSOL, que é um partido de esquerda muito comprometido, possa ajudar o PTB nesta caminhada. Como é que a paciente que está no Fêmima na frente do médico cirurgião, como não foi encaminhada para fazer a cirurgia e tem um tumor desse tamanho dentro de suas entranhas, na sua barriga, tem que voltar para o posto de saúde e esperar seis, sete meses, meu vice da CUTHAB, como é isso, Robaina? Ela está na frente do médico, tem uma barriga desse tamanho com um tumor, com o exame mostrando o tumor: “A senhora tem que voltar para o posto de saúde, porque essa é a filosofia do SUS.” Ela vai esperar mais seis meses, oito, nove meses para se operar? Crime contra a saúde dos povos, crime contra a saúde dos povos! É crime mundial isso. Aí diz assim, uma pessoa técnica lá: “Doutor, ela vai passar na frente dos outros agora, porque ele entrou no Hospital Fêmima” - uma funcionária de carreira do Fêmima. Mas cale a boca, você nem sabe o que está dizendo. Nós precisamos oferecer uma outra saída para as pessoas que estão na fila e que precisam se operar. Mas marquem mutirões e operem quem está na fila esperando. O Fêmima - que é o meu hospital, sagrado, querido, maravilhoso, o hospital da mulher do Rio Grande do Sul -, precisa abrir um hospital fechado que ele tem dentro de si. O Hospital Fêmima tem um hospital fechado dentro de si. Estou denunciando! “Aí, doutor, como é que ninguém sabe, onde está o hospital?” O Hospital de Clínicas gastou para fazer um novo hospital R\$ 1 trilhão, e não está funcionando ainda. O hospital que está fechado, no Fêmima, pode começar a funcionar hoje à noite. Pasmem, amanhã à noite, ou agora, porque é só botar os médicos cirurgiões do SUS, como eu, a operar sexta-feira à tarde, porque não funciona o Hospital Fêmima nas cirurgias na sexta-feira à tarde. Desculpem os meus colegas, mas na hora de dar a acusação eu tenho que ser pró-

paciente, e tenho que fazer essa denúncia. Sábado e domingo não tem cirurgia no Hospital Fêmeina, que é o meu hospital amado, onde trabalho há 42 anos. Não tem cirurgia, mas tem sala de cirurgia, tem enfermeira, tem sala de recuperação, tem antibiótico, tem anestesia, mas não tem anestesista e cirurgião. É só botar a funcionar. Bota um pouco de dinheiro! Não sei de onde vão tirar. Se deram bilhões para abrir o Clínicas, que não abre nunca. E eu estou inconformado com isso. E eles que não fiquem bravos comigo, pois eles têm de me entender. E eu tenho de estar do lado do mais forte? Não, eu tenho que estar do lado do mais fraco. Para isso fui eleito, para isso estou no quinto mandato da saúde, direto, sem nunca parar de ter sido eleito, junto com a Viviane Goulart, que fica me ajudando, me coordenando de maneira voluntária, para que eu aguentasse essa caminhada. Abriremos cirurgias no Hospital Fêmeina no sábado e no domingo. Paguem as pessoas para fazerem isso. É muito pouco dinheiro investido para um sucesso enorme que vai ter. Então, quero falar mais sobre esse assunto com vocês. Agora vou ter de passar para o meu próximo colega falar. Eu preciso de ajuda nessa cruzada do SUS. Isso de dizer que não vão atender as pacientes, que não vão atender as cirurgias está errado. Estou recebendo, lá das galerias, os aplausos, dizendo que estão do nosso lado e que o povo está alerta com isso. Muito obrigado. Precisamos lutar, chega de sofrimento no Brasil, chega de ameaças contra os pobres no Brasil. Precisamos tirar a dor, o tumor e precisamos aliviar a pessoa que tem medo de morrer, quando vai nos procurar. Um beijo para vocês; estamos juntos nessa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Ver. Medina, que está presidindo a sessão, queria registrar a importância da fala do Dr. Goulart, que sempre busca priorizar uma pauta essencial para nós, a pauta da saúde pública para as pessoas que mais necessitam que são as pessoas mais pobres. Aliás, a saúde é uma necessidade universal, não é só uma necessidade das pessoas mais pobres. Nós - isso é o que o Dr. Goulart sempre reflete, percebemos o tempo inteiro que as pessoas mais pobres estão abandonadas, do ponto de vista dos seus interesses por uma saúde de qualidade. Eu queria aproveitar, Goulart, e comunicar aos vereadores que estão presentes na sessão, e quero, de uma certa forma, apresentá-los, porque muitos vereadores talvez não os conheçam ainda, que está aqui conosco a comissão dos aprovados no concurso nº 565 de técnico em enfermagem. Portanto, não é qualquer comissão, é dos técnicos em enfermagem. Nós sabemos a importância que têm os técnicos em enfermagem, nós sabemos a gravidade da situação da saúde de um modo geral, nós temos crises, algumas razoáveis. No próprio hospital, agora, no início do ano, tivemos uma paralisação na área da higienização e da nutrição por conta de uma terceirizada que não estava pagando em dia os salários; aliás, uma troca de terceirizada, porque é uma terceirizada que começa no mês “x”, seis meses depois, troca a

terceirizada, é uma situação de descontrole esse serviço de terceirização na higienização e na nutrição, e todo mundo sabe, todo mundo que conhece - o Dr. Goulart conhece muito bem, os técnicos que estão aqui também - a importância que têm essas áreas. No hospital nada pode funcionar mal, tudo está ligado à saúde: a nutrição, a higienização, e, obviamente, os técnicos têm uma ação direta. Nós temos, no Portal Transparência, as 280 vagas para técnicos em enfermagem que não foram ocupadas, e a comissão está pedindo... Infelizmente, não é a primeira vez que tem comissões de trabalhadores, Ver. Hamilton, que vêm na Câmara reivindicar o que é de direito, o que é dever do Estado, neste caso, do Município: a contratação das pessoas que fizeram concurso, pagaram taxa para fazer o concurso, foram aprovadas no concurso e depois têm que lutar para trabalhar, porque o governo não cumpre sua obrigação de chamar aquelas pessoas que foram aprovadas. Aí eles vêm para cá como se estivessem pedindo favor para os outros! Eles não estão pedindo favor para ninguém! Dr. Goulart e Ver. Medina, estão aqui o Marcos, o Ronaldo, o Jorge, a Andréa, a Andréia, o Flad, a Eliete, são todos representantes desta comissão. Eu queria que o Ver. Cassiá, o Ver. Moisés, o Ver. Marcelo Sgarbossa e o Ver. João Bosco, depois, quando puderem, se apropriassem – eu mesmo tenho essa necessidade – desse assunto para que a gente possa pautar. Como eu comentava com eles, eu vi, no ano passado, o drama com os aprovados no concurso da Guarda Municipal. Eles vinham aqui – o Ronaldo e os companheiros e companheiras da comissão dos aprovados – todas as semanas, praticamente; ficaram, durante um ano, vindo todas as semanas. Eles conseguiram a aprovação – por sinal, articulados com o Ver. Carús – de verbas no orçamento da Guarda Municipal para ter a contratação dos concursados.

O tema da segurança foi um dos temas da campanha do Marchezan, que ia melhorar a Cidade, que a segurança ia ser aquilo e não sei o quê. Não contratou, não chamou os concursados. Foi um ano de mobilização aqui, até que expirou o concurso – expirou no ano passado. A Câmara aprovou o recurso – o Ver. Carús foi quem liderou isso –, mas, ainda assim, não foram chamados. Agora, o que eu temo é ver o mesmo drama na saúde, porque faz dois anos que eles já estão nessa briga. O concurso, pelo que estavam me informando, expira em abril de 2020. Então, eu acho que é obrigação nossa ajudar a pressionar para que essa pouca vergonha não continue. Aqui, não tem muitos vereadores agora, mas eu sei que os vereadores que estão aqui têm essa capacidade de articulação. Eu acho que nós podemos fazer isso, tenho certeza de que a maior parte dos vereadores vai contribuir.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Exatamente. O Ver. Bosco está lembrando que nós aprovamos a contratação emergencial de 240 professores, porque estava faltando. Na área da saúde, evidentemente, estão faltando técnicos em enfermagem. Portanto, esse é um apelo que nós fazemos ao governo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Medina, eu quero saudar os vereadores e vereadoras, mais uma vez, mas quero trazer aqui três temas. Primeiro, Ver. João Bosco, quero me solidarizar à questão da Praiana. Nós temos que estar atentos. Nós temos alguns espaços na capital, que se não fossem preservados, a sociedade que perderia. Nós temos o caso das escolas de samba, temos o caso dos CTGs, que são locais de encontros de famílias, da comunidade, geralmente estão localizados em alguns bairros. Portanto, se não tiver lá, dá invasão; se não tiver não sei o que a Prefeitura vai fazer, porque às vezes não tem o que fazer. Então, é preferível ter esses espaços para a sociedade. Essas instituições são representativas da sociedade.

Segundo, quero salientar que, naquela questão do João de Deus, em Abadiânia, chegou uma notícia – fomos informados – que o delegado da cidade ficou impressionado que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi lá, Ver. Goulart, ver se aquelas pessoas vítimas do João de Deus, de assédio sexual, poderiam ter o apoio dos direitos humanos. E o delegado ficou impressionado, porque ele só via, até então, buscar a delegacia, quem ia defender os presos - direitos humanos defendia os presos. Então, o delegado ficou impressionado. E é isso que se dá no Brasil! Estão confundindo direitos humanos, essas entidades, muitas vezes. E tem toda legitimidade, se tiver, defendendo os legítimos direitos humanos, eu sou a favor; mas defender bandido, preso! Já tem uma controvérsia da Defensoria Pública, que é paga pelo Estado para defender contra o Estado. Eu respeito, mas há uma dicotomia. Então, não tem cabimento! E outro detalhe: aquilo lá não chamou mais a atenção – aí é opinião minha – porque muitos artistas também iam lá – também iam lá, no João de Deus, o salvador, queriam milagre do João de Deus – essa é impressionante! Queriam milagre! Mas aí para não aparecer o nome deles, eles ficaram quietinhos em casa. Mas se fosse uma campanha eleitoral, eles estavam na rua, contra ele, contra ela, aí estavam na rua! Mas não tiveram coragem de denunciar o João de Deus, porque iam saber que eles andavam lá. Essa é a realidade. Outra questão, para concluir: quero saudar aqui, até para equilibrar a balança, hoje é o segundo dia de comentários, o colunista gaúcho, grande colunista, grande pessoa, grande pessoa pública, Alexandre Garcia, está chegando ao Correio do Povo aqui do nosso Rio Grande. Foi uma grande aquisição, equilibra um pouco. Respeito os de esquerda que estão lá, mas às vezes eles ficam sozinhos falando e não têm o contraponto. Assim o jornal Correio do Povo, grandiosamente, vai equilibrar essa balança nos comentários. Lá, tem, por exemplo, não tenho medo de dizer, o Garcia mais equilibrado, o Juremir mais de esquerda, vai sempre a Paris, gosta da esquerda revolucionária – ele diz que não é, mas eu já disse para ele que ele é – ele agora não é mais Lula, já não é mais isso, mas é esquerda. A Taline tem um pezinho na esquerda também, já disse para ela, tem um pezinho bem profundo; o Mendelski é de centro para a direita, e o jornal fica bem. Respeito a opinião deles, dos seus comentários, mas assim fica mais equilibrado, e o Correio do Povo ganha com essa maravilhosa contratação. Tanto a Taline, como o Juremir, como Mendelski são grandes comentaristas, posso

discordar das suas formas de analisar, às vezes para um lado, às vezes para outro, mas faz parte da democracia. Não sou contra ninguém, é a minha análise. Ganha o Rio Grande do Sul, ganha a imprensa, e eu também ganho, gosto de ler os quatro, sou um balizador, o que gosto, acato, o que não gosto, critico. É assim que tem que ser a sociedade, não tem que se apaixonar, a imprensa não é a dona da verdade, ela é a formadora de opinião, mas nós entendemos e aceitamos o que queremos. Não precisa brigar, não precisa dizer nada, tem que aceitar, o bom é ler todos os comentários, seja contra ou a favor. Isso é bom para a democracia. Parabéns, Alexandre Garcia, que volta ao nosso Estado, comentando num dos maiores jornais do País, aquele jornal que nós também adoramos no Rio Grande.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; ocupando o meu tempo em Comunicações, quero trazer ao conhecimento e para registro deste plenário e para quem nos acompanha que nós temos dois projetos importantes que não tramitam nesta Casa, são projetos federais, mas que afetam o nosso dia a dia, mesmo sendo de competência de legislador federal. No final do ano passado, o PL nº 11.210/18, que trata do aumento das penalidades de crimes graves contra animais, foi aprovado no Senado, ampliando para quatro anos de reclusão, ou seja, regime fechado, nos casos de maus tratos aos animais. E ainda está retornando para a Câmara Federal outro projeto, que trata do que nós queremos, aumento da penalidade com quatro anos de detenção; aliás, detenção, não, queremos a reclusão, regime semiaberto ou aberto. A importância de tantos casos que rolam no País levou os legisladores em nível nacional a apresentarem esses projetos, e os nossos senadores a aprovarem.

Devido a essa importância, nós estamos apoiando, fazendo uma campanha nacional para colocar, em regime fechado, os praticantes desses crimes bárbaros, como muitos que vêm sendo noticiados ultimamente na imprensa e nas redes sociais. Nós temos a “#cadeiaparapeticídio” – peticídio é o assassinato de animais.

Aproveitando, eu estou protocolando um requerimento à presidência desta Casa pedindo, de acordo com o art. 19, inc. II, alínea j, do Regimento Interno, o arquivamento de projetos inconstitucionais que são da área que nós atuamos e até para não desmerecer esta Casa. Por exemplo, um projeto de uma lei que já existe, aplicada na Capital há 11 anos, e está entrando um projeto para ser discutido em pauta, fazendo com que se perca tempo, visto que temos, em 2ª sessão de Pauta, 41 projetos que irão para Comissão de Constituição e Justiça, onde cada Vereador os receberá para dar parecer. Então temos que economizar tempo, sermos mais objetivos. Esses projetos podem parecer populistas, passando ao eleitor a ideia de um trabalho pela causa animal, mas, não. Esses projetos não serão aprovados, porque são inconstitucionais e muitos deles

são de atribuição do Executivo. Sugiro essas providências, que visam ganhar tempo, valorizar o trabalho dos vereadores e elevar o nível dos projetos.

Aproveito para ressaltar que pautas importantes foram tratadas nesta tarde, desde a saúde até preservação de monumentos da Cidade em que atuamos muito na primeira legislatura, inclusive constatamos que não eram feitos boletins de ocorrência pelo funcionário público, à medida que eram furtados esses preciosos monumentos para venda do bronze. Foi feito, então, um convênio com o Sinduscon, que está recuperando essas obras de arte, mas com resina, não mais em bronze, como eram as originais. Ressalto também a necessidade da segurança de tais monumentos, com a instalação de câmeras, para proteger o patrimônio da Cidade, porque quando viajamos a outras cidades, gostamos de ver a sua cultura, fizemos fotos; então que seja aqui também. Temos preciosos monumentos, que precisam de cuidados, e isso já vem de muito tempo, tanto que já tratava desse assunto na minha primeira legislatura. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, técnicos da saúde que aqui nos acompanham, demais público, eu vou seguir o raciocínio do Ver. Dr. Goulart, que estava aqui há pouco falando – eu estava ali dialogando com os profissionais da saúde. O Dr. Goulart falava do número de investimento público que vai para os privados. Antes, nós falamos do déficit que tem a previdência com as empresas privadas. Eu citei uma empresa, mas nós temos uma lista que começa com a antiga Varig, a VASP, Transbrasil e, lá no meio dessa lista, aparecem universidades e hospitais, hospitais que pegam dinheiro público e não pagam a previdência social brasileira. Nós temos um exemplo, aqui: se nós pegarmos o hospital Moinhos de Vento, ganhou um monte de vantagens dos governos federal, estadual e municipal para abrir o hospital na Restinga. Eu tenho dito para alguns prefeitos do meu partido, amigos meus que construir prédio é barbada: chega para a comunidade, faz a campanha do cimento, do tijolo, e a comunidade constrói o prédio, constrói a UPA, o que for necessário, e ajuda até a construir. Agora, eu quero ver é manter o hospital, eu quero ver botar os profissionais da área da saúde a trabalhar, quero ver dar todo equipamento que isso precisa. E aí o governo tem a opção de botar esses recursos nos hospitais privados, que cada vez mais vem crescendo. Qualquer empresa procura crescer, qualquer pessoa procura crescer, agora, no Brasil tem muitos capitalistas que crescem com dinheiro público – assim, qualquer um queria ser empresário, qualquer um. Aí, eles não abrem leitos no Sistema Único de Saúde e constroem seus hospitais particulares. Nós temos vários prédios que estão sendo construídos em Porto Alegre, nós temos alas de dois *shoppings* aqui que já funcionam em convênio com hospitais, nós temos prédios inteiros. Pasmem, um grupo, agora, de um hospital aqui de Porto Alegre, um hospital que era para atender uma parte grande do

SUS, está construindo um hospital particular no litoral com o nosso dinheiro. Assim, qualquer pessoa que está aqui hoje nas galerias e está nos assistindo quer ser empresário neste País, porque usa o nosso dinheiro dos R\$ 31 bilhões de impostos que nós pagamos e da fortuna que a gente paga de juros para construir essas empresas. E aí a gente vê o setor público, num todo, sucatear a parte pública, destruir a parte pública para depois entregar os milagrosos da parte privada. E aí, com o tempo, a gente vê o que está ocorrendo em todos noticiários – em Guaíba, em Canoas, em várias cidades do Rio Grande do Sul –, o privado, que visa ao lucro, não atendendo as demandas da população; o privado, que monta uma empresa para ganhar dinheiro, não atendendo as demandas da população. E aí se vê o que se vê: postos de saúde fechando, hospitais fechando, UPAs fechando e a população não tendo o atendimento que merece. A saúde tem que ser pública, exclusivamente pública, e as pessoas que podem pagam o seu plano de saúde. Mediante o recolhimento dos planos privados, as empresas constroem o seu patrimônio. Agora, o que não pode é que, através da filantropia, pegar dinheiro público e não prestar o serviço público. Se pega o dinheiro público, tem que prestar o serviço público. Hoje nós temos redes de hospitais administrando UPAs em Porto Alegre, redes de hospitais administrando UPAs em todo o Brasil, em todo o Rio Grande do Sul, e o que dão em contrapartida? Por que as UPAs não podem ser administradas pelo Executivo, pelo Estado, pelos municípios? Porque têm que empregar trabalhadores. A área da saúde e da educação não podem ter poupança, não podem ter nada que impeça de ser atendido o povo brasileiro, a população mais necessitada.

Esse é o levantamento que nós fazemos hoje nos somando à reivindicação do Ver. Dr. Goulart e de grande parte da população, para que a nossa saúde seja pública, nossa saúde seja destinada às pessoas que mais precisam, e que não façam só concursos, mas que chamem as pessoas a trabalhar para que a gente não veja o que está ocorrendo em vários prontos atendimentos, em hospitais, onde as pessoas esperam muito tempo para serem atendidas, porque existe o equipamento, mas não existe o principal, que é o ser humano, o profissional que opera os equipamentos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0419/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/18, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o art. 18 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo § 4º para excetuar do

disposto em seu inc. IX as concentrações, as caminhadas, as manifestações e as festividades de caráter político, cultural, cívico, religioso ou popular realizadas nos termos daquela Lei Complementar.

PROC. Nº 1043/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/18, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e outros, que inclui al. j no inc. XVI do *caput* do art. 76, inc. XI no *caput* do art. 141 e art. 153-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores – dispondo sobre afastamento e licença para doação de leite materno.

PROC. Nº 1070/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/18, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e outros, que inclui al. j no inc. XVI do *caput* do art. 76, inc. XI no *caput* do art. 141 e art. 153-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 - que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores –, e alterações posteriores, permitindo que a avó materna ou o avô materno ausente-se do trabalho por 10 (dez) dias, sem prejuízo do salário, em caso de nascimento de neto ou neta cujo nome do pai não tenha sido declarado.

PROC. Nº 0391/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/18, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui a Política do Cuidador Cidadão no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0543/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 039/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que denomina Rua Caroline Pletsch o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Pedestre D – Vila Hípica do Cristal –, localizado no Bairro Cristal.

PROC. Nº 0573/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/18, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que altera a ementa, o *caput* e o § 1º do art. 1º e inclui § 3º no art. 1º e art. 1º-A, todos na Lei nº 8.203, de 10 de setembro de 1998, dispondo sobre a abertura de espetáculos musicais de artistas ou conjuntos no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1178/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que denomina Rótula Jornalista Paulo Sant’Ana o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil, Cento e Trinta e Três, localizado no Bairro Farrapos.

PROC. Nº 1268/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 118/18, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que denomina Praça Ary Drumm o logradouro não cadastrado conhecido como Praça Sete Mil e Trinta e Cinco, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 1271/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 120/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que denomina Campo de Futebol Rui Larrossa o próprio municipal existente dentro do Parque Ramiro Souto.

PROC. Nº 1281/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel e outros, que denomina Rua da Legalidade e da Democracia o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Noventa e Três, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 1285/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 128/18, de autoria do Ver. Adeli Sell, que denomina Rua Angelo Matiazi o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil, Cento e Quarenta e Nove, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 1283/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/18, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera o § 1º do art. 25 e o § 1º do art. 38 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no município e dá outras providências –, dispensando a obrigatoriedade de apresentação de ata de reunião para a instalação de veículos de divulgação em áreas comuns de edifícios e modificando o regramento para a instalação de painel mural, luminoso ou iluminado, sobre as fachadas laterais de edificações e empenas cegas.

PROC. Nº 1301/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 136/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Parque Pontal o logradouro público que se estende entre o Lago Guaíba e a Diretriz 4.906, limitado a leste pela Avenida Padre Cacique, a norte e a oeste pelo Lago Guaíba e a sul pelo Arroio Sanga da Morte, com acesso pela Avenida Padre Cacique, 2.893, localizado no Bairro Cristal.

PROC. Nº 1303/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/18, de autoria do Ver. Professor Wambert, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Erni Wiethaeuper.

PROC. Nº 1309/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Ezonira Prado Farias o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil, Cento e Cinquenta e Seis, localizado no Bairro Santa Rosa de Lima.

PROC. Nº 1325/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 148/18, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Rua Johnson Flaudiney Pereira da Silva o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Um – Cooperativa Clara Nunes, localizado no Bairro Lageado.

PROC. Nº 1338/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/18, de autoria

do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Tio Tony o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil e Seis, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 1356/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor João Henrique Sommer Pereira.

PROC. Nº 2737/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 263/15, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga os hospitais públicos e privados no Município de Porto Alegre a autorizarem a entrada de animais de estimação para visitas a pacientes terminais.

PROC. Nº 0938/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 100/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe a criação de zoológicos e minizoológicos no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 3001/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 334/17, de autoria do Ver. Marcelo Rocha, que obriga o Executivo e o Legislativo Municipais a retirar de suas repartições símbolos religiosos expostos em espaços destinados ao público.

PROC. Nº 3003/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 336/17, de autoria do Ver. Marcelo Rocha, que cria o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Conselho Municipal LGBT) e o Fundo Municipal de Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (FMLGBT–POA).

PROC. Nº 3080/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 348/17, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que obriga a Administração Municipal a cobrar de pessoas físicas ou jurídicas os custos oriundos dos serviços de limpeza urbana, de remoção de veículos ou materiais abandonados e da reparação dos danos ao mobiliário urbano e a equipamentos públicos ocorridos em função da realização de eventos abertos ou fechados, manifestações, passeatas, desfiles ou outro tipo de concentração popular em vias públicas e que culminem em depredação de coisa alheia, vandalismo, perigo à pessoa, ao patrimônio público ou particular, à paz pública ou à incolumidade pública.

PROC. Nº 3202/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 375/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que cria o Programa de Incentivo à Arte Urbana – PIA Urbano.

PROC. Nº 0131/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe o uso de carroças no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0474/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece a reserva pela Companhia Carris Porto-

Alegrense de 1 (uma) linha de ônibus, em 1 (um) horário por semana, preferencialmente aos sábados, com embarque no Bairro Centro Histórico e desembarque na Unidade de Saúde Animal Victória, para transportar pessoas com o objetivo de adotar animais.

PROC. Nº 0552/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 041/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que cria serviço de asilo público para animais com idade avançada e que não possuam tutores no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0554/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que cria o Presídio Municipal para presos condenados por maus-tratos e violência contra os animais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0555/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que cria a Vara de Justiça especializada da causa animal no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0643/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 052/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina que o sistema prisional deverá oferecer às detentas curso de tosa em cães.

PROC. Nº 0660/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina o pagamento de pensão alimentícia a animais pet em caso de separação judicial ou de união estável do casal tutor no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0713/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/18, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que estabelece critérios para a utilização das vagas destinadas aos idosos e às pessoas com deficiência em estacionamentos de estabelecimentos privados no âmbito do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0714/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 064/18, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que cria o Projeto Porto Alegre 50+. **Com Substitutivo nº 01.**

PROC. Nº 1039/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 093/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal a pessoas jurídicas de direito privado que contribuam para a criação ou desenvolvimento de outras pessoas jurídicas de direito privado que participem de projetos sociais e que visem à criação de emprego ou à geração de renda no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1255/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 113/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que dispõe sobre a utilização do seguro-garantia de execução de contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e dá outras

providências.

PROC. Nº 1261/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que inclui a efeméride Semana do Samba no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser celebrada, anualmente, entre os dias 26 de novembro e 2 de dezembro, dia nacional do samba.

PROC. Nº 1315/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 142/18, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que classifica como deficiência visual a visão monocular no âmbito do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1363/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 161/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que inclui a efeméride Dia Internacional da Pessoa com Deficiência no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 3 de dezembro.

PROC. Nº 1372/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 165/18, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

PROC. Nº 1257/18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que susta, com base no inc. IV do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o ato de bloqueio preventivo dos imóveis do Bairro Petrópolis, efetivado com base na Lei Complementar nº 601, de 23 de outubro de 2008, revogada pela Lei Complementar nº 829, de 5 de janeiro de 2018.

PROC. Nº 1314/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/18, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Comunitária Vó Belinha.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h06min.)

* * * * *